

Ministérios

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1991

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, na qualidade de Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, no uso de suas atribuições,

Considerando os estudos elaborados pela Comissão constituída pela Resolução nº 6, de 6 de dezembro de 1990;

Considerando que o combate à violência contra a criança e o adolescente deve ser efetivada através da apuração de denúncias e outras providências à cargo do Conselho, visando a quebrar o ciclo da impunidade, resolve:

Art. 1º - Constituir Comissão Representativa do CDDPH, para receber e acompanhar as denúncias sobre violência contra crianças e adolescentes; propor a instauração de inquérito e implementar as medidas aprovadas no Plano Nacional de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente.

Art. 2º - A Comissão será composta de representantes dos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Justiça; Procuradoria Geral da República; Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência; Secretaria de Polícia Federal; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Ordem dos Advogados do Brasil; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua; Fórum Permanente de Secretários de Justiça; Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente; Movimento de Direitos Humanos; e Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança - Re-Brasil.

Art. 3º - A Comissão será presidida pelo representante do Ministério da Justiça.

Art. 4º - As entidades mencionadas nesta Resolução deverão indicar seus representantes.

Art. 5º - Prestará assessoria técnica à Comissão o Departamento de Assuntos da Cidadania, da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça.

JARBAS PASSARINHO

(Of. nº 1.722/91)

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA

Departamento de Estrangeiros
Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO
Permanência definitiva deferida

PROCESSO Nº 08255-12.789/91-54 - MARY FAUSTA

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

(Of. nº 341/91)

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO

Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica

DESPACHO DO DIRETOR
Em 29 de novembro de 1991

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/91

Representante: Terumo Corporation Miami Branch
Representada: Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas S.A.

Nos termos do art. 4º do Regulamento da Lei nº 8.158, de 08 de janeiro de 1991, baixado pelo Decreto nº 36, de 14 de fevereiro de 1991, determino o arquivamento do processo administrativo.

MARCOS VINICIUS DE CAMPOS

(Of. nº 632/91)

SECRETARIA DE POLÍCIA FEDERAL

Departamento de Assuntos de Segurança Pública

PORTARIAS DE 19 DE NOVEMBRO DE 1991

O Diretor do Departamento de Assuntos de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e tendo em vista a solicitação por parte do interessado, e decisão prolatada no Processo nº 08000-7829/84, resolve:

nº 702 - excluir da Portaria MJ nº 01, de 07/01/86, publicada no DOU de 08/01/86, Seção I, pág. 389, que concedeu autorização para funcionamento no Estado de SÃO PAULO, na atividade de prestação de serviços de vigilância, à empresa OFFÍCIO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CGC nº 63.059.042/0001-18;

nº 703 - conceder autorização para funcionamento à empresa OFFÍCIO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CGC nº 57.211.542/0001-20, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades no Estado de SÃO PAULO.

WLADIR CAVALCANTE DE SOUZA LIMA

(Nº 112979 - 06-12-91 - Cr\$ 39.600,00)

PORTARIA Nº 709, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991

O Diretor do Departamento de Assuntos de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08320-4137/91, resolve:

conceder autorização à empresa INTEGRAL - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CGC nº 33.719.626/0001-01, sediada no Estado do MATO GROSSO, para adquirir, em estabelecimento comercial daquele Estado, armas e munições, de fabricação nacional, na seguinte quantidade e natureza: 20 revólveres calibre 38 e 240 cartuchos calibre 38.

WLADIR CAVALCANTE DE SOUZA LIMA

(Nº 112980 - 06-12-91 - Cr\$ 33.000,00)

PORTARIA Nº 720, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1991

O Diretor do Departamento de Assuntos de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08500-12681/91, resolve conceder autorização à EMPRESA DE SEGURANÇA BANCÁRIA CALIFORNIA LTDA, CGC nº 62.285.275/0001-76, sediada no Estado de SÃO PAULO, para adquirir, em estabelecimento comercial daquele Estado, armas e munições, de fabricação nacional, na seguinte quantidade e natureza: 103 revólveres calibre 38 e 1.250 cartuchos calibre 38.

WLADIR CAVALCANTE DE SOUZA LIMA

(Nº 2H3223 - 06-12-91 - Cr\$ 26.400,00)

PORTARIA Nº 725, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1991

O Diretor do Departamento de Assuntos de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08455-16657/91, resolve conceder autorização à empresa CENTREFOR - CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/C LTDA, CGC nº 31.114.556/0001-32, sediada no Estado do RIO DE JANEIRO, para adquirir, em estabelecimento autorizado pelo Departamento de Material Bélico do Ministério do Exército, 01 máquina para recarga calibre 38; 40 Kg. de pólvora; 20.000 cápsulas calibre 38; 20.000 espoletas e 20.000 projéteis calibre 38.

WLADIR CAVALCANTE DE SOUZA LIMA

(Nº 4A4049 - 06-12-91 - Cr\$ 33.000,00)

Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 1.878, DE 21 DE OUTUBRO DE 1991

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve: